

DOCENTE EM UNIVERSIDADE PÚBLICA OU PRIVADA? DESAFIOS, OPORTUNIDADES E DIFERENÇAS

Karen Luciana Ferreira do Carmo

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, RS, Brasil.
E-mail: <karen_lfdc@hotmail.com>.

Carolina Freddo Fleck

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, RS, Brasil.
E-mail: <carolinafleck@unipampa.edu.br>.

Jorge Ubirajara da Luz dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: <jorgedossantos0@gmail.com>.

RESUMO

Diante do crescimento do número de universidades no Brasil, tanto na esfera pública quanto privada, e da relevância que o Governo Federal tem demonstrado para o projeto de expansão do ensino superior no país, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar as relações do docente com o ambiente de trabalho, levando em consideração a natureza administrativa (pública ou privada) da instituição onde atuam e a influência desta natureza para o desenvolvimento de suas atividades. Para atender aos objetivos da pesquisa o método escolhido foi o Estudo de Caso, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Para a coleta de dados, fez-se o uso de entrevistas e um grupo focal, dos quais participaram cinco professores de uma universidade pública e quatro professores de uma universidade privada. Como resultados da pesquisa foi possível identificar uma relação da docência ao ato de transformação do aluno/profissional, dando indicativos de uma escolha da profissão por vocação, independente da natureza administrativa da instituição. Destaca-se que entre os professores da universidade pública há uma visão da necessidade de formação contínua de si mesmo como profissional docente como ponto fundamental de desenvolvimento profissional e capacidade de atuação nessa transformação do aluno em profissional, no relacionado ao docente da instituição privada verifica-se que os mesmos possuem uma visão parecida com a dos docentes da instituição pública, no entanto, não se sentem amparados pela instituição para buscar o envolvimento com a pesquisa e assim desenvolver material científico para a sociedade.

Palavras-chave: Relações de Trabalho, Docente Universitário, Educação.

1 INTRODUÇÃO

O docente universitário é o elemento de intermediação do contato entre o aluno e a própria universidade. Pode se dizer que este contato é a representação da vivência durante todo o período do acadêmico dentro da universidade e para esta relação existe uma expectativa de que se consoli-

dem todos os aspectos da tríade pesquisa-ensino-extensão. Sendo assim, o viés colocado sobre o docente, tem em si, um acúmulo impactante para o futuro da sociedade, haja vista que a formação dos indivíduos que ingressam no ensino superior é carregada no senso comum, de expectativa pelo que o futuro profissional poderá fazer por meio da cidade ou Estado ou País onde vive.

Com a evolução do sistema político ao longo dos anos, especialmente com a Reforma do Estado a partir da década de 1990, o sistema de ensino brasileiro inseriu a ideia de um ensino diversificado e flexível, de maneira a obter competitividade e ao mesmo tempo contenção dos gastos públicos conforme os estudos de Mancebo, Maués e Chaves (2006), gerando um aumento da demanda por novas ofertas de curso e maior capacitação para os ingressantes nestes cursos. Por consequência, maior demanda na atuação docente e necessidade de maior contingente destes profissionais.

Atualmente o ingresso docente nas universidades é realizado por processo seletivo específico, com algumas distinções entre universidades públicas e privadas. Nas instituições de ensino privadas, os docentes normalmente são selecionados por processos de entrevistas individuais e análise de currículo, podendo ser utilizada a seleção com prova prática e este profissional tem seu regime de trabalho definido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT pelo Decreto-Lei n.º 5.452. Já as instituições de ensino pública seguem o que diz a lei federal 12.772/12 e as instruções normativas de cada universidade, sendo sempre um processo seletivo através de edital público, com prova escrita, prática, de títulos e defesa de memorial da trajetória acadêmica. O regime de trabalho destes docentes segue a lei nº 8.112 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Esta diferença no processo de ingresso e de regulamentação das ações destes profissionais, dependendo da esfera em que atuam, é o primeiro elemento que se pode destacar como diferenciador entre as atividades de um docente de universidade pública e um de universidade privada.

Segundo dados extraídos do Censo da Educação Superior no Brasil do ano de 2009 realizado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revela-se que em relação ao ensino superior no país: ocorre um aumento do número de IES tanto públicas quanto privadas de 2008 para 2009, crescimento de 3,8% das IES públicas e 2,6% IES privadas, ainda assim predominando 89,4% de universidades privadas no Brasil.

E em relação ao corpo docente das universidades percebeu-se: um crescimento de 6% das funções docentes em relação a 2008; nas Instituições Públicas encontram-se 75% de mestres e doutores, enquanto nas Instituições Privadas, 55% de mestres e doutores, observando ainda

que destes, a maioria são doutores nas IES públicas e mestres nas IES privadas (INEP, 2009); nas Instituições Públicas, maior número de funções docentes em tempo integral (78,9%), e a maioria em instituições federais (87,5%); Docentes com regime de trabalho horistas se apresentam em maioria nas instituições privadas (53%), e nestas mesmas a minoria dos docentes trabalha em tempo integral (21,5%) (INEP, 2009).

É possível destacar que embora a maioria das Instituições de Ensino Superior seja privada, estas possuem menos docentes com titulação de doutor, ao contrário das universidades públicas. Outro dado que pode ser apontado é a diferenciação de tempo dedicado à universidade, sendo que nas Instituições Privadas há um elevado número de docentes com contratação por hora e nas Instituições Públicas a maior parte tem vínculo de Dedicção Exclusiva.

Considerando as distinções administrativas que podem ser facilmente apontadas entre docentes de universidades privadas e públicas e partindo do pressuposto que essas duas formas de organização possuem aspectos diferentes em relação à gerência de seus recursos, bem como tratamento dos docentes nela inseridos, também quanto à forma de incentivo a tríade ensino-pesquisa-extensão o estudo foi conduzido a partir do seguinte objetivo: **analisar as relações do docente com o ambiente de trabalho, levando em consideração a natureza administrativa (pública ou privada) da instituição onde atuam e a influência desta natureza para o desenvolvimento de suas atividades.**

2 UNIVERSIDADES NO BRASIL

Os primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil são criados por meio de um processo lento e cheio de influências oriundas da cultura colonizadora da época de seu descobrimento. Lento porque se comparado ao de outros países do continente, ocorreu tardiamente. Os estudos iniciais na época do Brasil colônia, não eram reconhecidos pela metrópole, sendo assim qualquer colonizador que tivesse como objetivo se qualificar academicamente, deveria se deslocar a Portugal com a finalidade de concluir seus estudos (Barichello, 2001).

Com relação às suas origens e características Oliven (2002), argumenta que o desenvolvimento

do sistema de educação superior, no Brasil, pode ser considerado como um modelo diferenciado do que ocorreram nos demais países da América Latina. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal, enquanto no Brasil Colônia, por sua vez, o caminho foi diferente e não se criou universidades em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde comparado a estes (Oliven, 2002). Pode-se considerar 1572, como “o ano em que o país conquistou o primeiro curso de educação superior no Brasil: os cursos de Arte e Tecnologia junto ao colégio Jesuíta da Bahia” (Barichello, 2001, p. 49).

O Controle cultural e político da colônia era exercido pela metrópole, logo com a chegada da Corte Real Portuguesa ao Brasil, no ano de 1808, gerou-se a necessidade de instalação dos primeiros núcleos de ensino universitário no país, com isso, a Corte recebeu dos comerciantes locais da época a solicitação da criação destes centros, visto que os mesmos mostravam-se dispostos a colaborar com significativa ajuda financeira (Barichello, 2001). Para suprir a demanda dos comerciantes foram criados cursos universitários nesse período, porém ainda não haviam universidades sendo criadas (Oliven, 2002). Os primeiros cursos universitários do Brasil foram: Curso Médico de Cirurgia na Bahia e no Hospital Militar do Rio de Janeiro uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica (Favero, 2006). No ano de 1810, iniciam-se os estudos superiores na Engenharia da Academia Real Militar, seguido de muitos outros cursos superiores, criados sempre com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura que garantisse a sobrevivência da Corte na colônia (Mendonça, 2000).

A essência do ensino superior no país no período anterior a proclamação da república é relatada a seguir:

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. Ressalte-se que o caráter não universitário do ensino não constituía demérito para a formação superior uma vez que o nível dos docentes devia se equiparar ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração (Martins, 2002, p. 1).

Conforme Barichello (2001) no ano da Proclamação da República verificava-se a existência de cinco faculdades no Brasil: duas de Medicina (Salvador e Rio de Janeiro), duas de Direito (São Paulo e Recife) e uma Politécnica (Rio de Janeiro). O progresso em números destas mostrou-se vago até as primeiras décadas do século vinte.

No Constituição de 1891 atribuía-se ao Estado grande parte da responsabilidade pelo Ensino Superior, e do período da Proclamação da República (1889) até a Revolução de 1930 houve várias mudanças, por meios de promulgação de dispositivos legais, modificando aspectos regulamentais do ensino superior (Favero, 2006). As Instituições Privadas originaram-se pela ação das elites locais e confessionais católicas, ao mesmo tempo, surgia o modelo de educação paulista, apresentando-se totalmente contrária ao habitual tipo de escola submetida à administração do Governo (Martins, 2002).

Em 07 de setembro de 1920 surge a Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) através do Decreto Lei nº 14.343, resultado da justaposição de três escolas tradicionais ainda que cada uma permanecesse com suas particularidades. Neste mesmo decreto foi concedida às universidades a autonomia didática e administrativa (Favero, 2006). Em 1931 a Lei Francisco Campos concedeu a todo país autonomia para o processo de criação de universidades (Estatuto das Universidades), com o propósito de serem aproveitadas as estruturas organizacionais das faculdades anteriormente existentes nas diversas localidades do país. Pretendia-se assim, a padronização do modelo de organização didático-administrativa das universidades, mesmo que pudessem existir variações em quaisquer regiões do Brasil (Barichello, 2001).

No período da Nova República, o presidente da época Getúlio Vargas, cria o Ministério da Educação e Saúde, e em 1931 juntamente com seu primeiro titular Francisco Campos, é aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, ficando vigente até o ano de 1961. Neste Estatuto definiu-se que a universidade teria duas classificações: oficial, de responsabilidade administrativa do Estado, podendo ser Federal, Estadual ou Municipal; e a livre, de responsabilidade de ente particular (Oliven, 2002). Observava-se, que obrigatoriamente, a Instituição Universitária devia apresentar três dos seguintes cursos: Medicina, Direito, Engenharia, Educação Ciências e Letras, e tais faculdades deveriam estar ligadas por inter-

médio de uma reitoria, com vínculos administrativos, porém mantendo a autonomia jurídica de cada um, como descreve Oliven (2002).

No período de 1931 até 1945, as autoridades religiosas e laicas disputavam pelo controle da educação, com isso o governo teve a ideia de propor a Igreja que apoiasse o novo regime (Era Vargas), nesse sentido poderia ser introduzido no ensino básico o ensino religioso de forma facultativa. Com isso ambições religiosas se mostravam maiores, até que conquistaram autonomia de criação de suas próprias universidades (Martins, 2002).

Foi em um ambiente centralizador e autoritário que o novo Estado se consolidou no ano de 1935, sendo que, durante a gestão do prefeito de Brasília na época, Pedro Ernesto, foi que Anísio Teixeira, então Diretor de Instrução do Distrito Federal, criou através de Decreto Municipal, a Universidade do Distrito Federal. A proposta de incentivo a vocação científica e a pesquisa independente conferia caráter inovador ao ensino superior brasileiro (Martins, 2002). Anísio Teixeira tinha um posicionamento liberal e como pratica desse ideal recusou auxílios de entidades a fim de sustentar seu projeto (Oliven, 2002).

Nos anos 1950 o crescimento da indústria intensificava-se, ocorrendo transformações no campo econômico e sócio cultural; com isso a sociedade toma consciência da condição precária que se situavam as universidades brasileiras, e essa questão ganha forma por meio da tramitação do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional em torno da questão da escola pública versus privada, saindo da questão acadêmica para ser discutida como uma análise crítica e sistemática da universidade (Favero, 2006). Em meados de 1960 uma série de fatos contribuía para um novo olhar ao ensino superior privado: instauração do regime militar no país com medidas de repressão ao movimento dos estudantes e a vigilância dos docentes por novas políticas no âmbito da educação deram resultado a propostas de modernização e expansão do ensino superior (Martins, 2009). Na reforma de 1968, o ensino superior assume forma de empresa educacional com a missão de atender demandas mais rápidas de educação e obtenção de lucro, em detrimento do foco ao ensino e pesquisa, com isso modifica o interesse público transformando a clientela em consumidores educacionais (Martins, 2009).

Neste cenário de transformação da esfera educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Edu-

cação (LDB) é criada, tendo sua primeira sanção no ano de 1961 com a lei nº 4.024/61, na qual prevê estruturas, fundamentos, e normatização do sistema educacional brasileiro (Cerqueira et AL, 2009). O projeto de lei criado pelo Ministro de Educação da época, Clemente Mariani, tinha o propósito de propor uma educação igualitária como direito de todos, logo, depois de um extenso processo de tramitação, originou a primeira Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, que ao longo do tempo foi modificada por emendas e artigos, sendo também reformada pelas leis nº 5.540/68, 5.692 e após substituída pela LDB 9.394/96, a qual se dispõe até os dias atuais (Cerqueira et al., 2009).

3 DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

As demandas de trabalho atuais e a complexidade dos contextos de ensino do país e do mundo colocam o docente universitário cada vez mais em um papel de educador e não apenas de alguém que repassa um conhecimento técnico. As mudanças na universidade no século XX e o desenvolvimento da prática de pesquisa fazem com que este profissional necessite de constante aperfeiçoamento, ao mesmo tempo em que os aspectos do plano didático continuam sem desenvolvimento no plano político (Filho, 2005; Morosini, 2000).

De acordo com Morosini (2000, p. 11) no cenário atual o docente deve possuir um perfil espelhado nas seguintes características:

Tornam-se definidores: um cidadão competente e competitivo; inserido na sociedade e no mercado de trabalho; com maior nível de escolarização e de melhor qualidade; utilizando tecnologias de informação na sua docência; produzindo seu trabalho não mais de forma isolada, mas em redes acadêmicas nacionais e internacionais; dominando o conhecimento contemporâneo e manejando-o para a resolução de problemas, etc.

O fator que diferencia uma profissão qualquer de outra profissão é a origem e natureza do conhecimento exigido, no entanto, esta é exatamente a preocupação existente no movimento de profissionalização do ofício de professor: adaptar essa identificação do conhecimento a sua formação e ao ato de ensinar (Tardif, 2000). A falta de clareza no plano didático é diretamente relacionada à esfera legislativa, sendo observada

desde os anos 90, quando o país resolveu padronizar o processo de normatização das relações Estado/Universidade definindo as relações e limites entre as partes (Morosini, 2000). Especificamente a Lei de Diretrizes e Bases - LDB se mostra omissa em relação ao aspecto da formação pedagógica do professor universitário (Pachane & Pereira, 2004).

Em consulta a LDB tem se disposto que: “Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. A formação acadêmica do docente é responsabilidade de toda instituição de ensino que ofereça curso de pós-graduação, logo se entende a ausência da necessidade de que a formação pedagógica seja oferecida, observando esta situação como um fenômeno internacional, que não se limita apenas ao Brasil (Pachane & Pereira, 2004).

No artigo 65, a LDB exhibe: “Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas”. Neste artigo, refere-se a prática da docência como um requisito para sua formação e competência profissional, que se aplica aos profissionais da educação em geral, eliminando claramente a prática docente como formação dos docentes universitários.

Partindo para análise da Universidade como um todo, no que se refere a carga horária de trabalho, a LDB dispõe no artigo 52 como uma das características das Instituições de Ensino Superior, o compromisso de que: “III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral”, e este disposto, sendo válido sem distinção de categoria administrativa. Cabe reiterar que esta disposição vai além do docente, dispõem especificamente sobre uma definição de universidade, suas características.

Nesse sentido, dentro das características da Universidade, é pertinente sustentar que o papel do docente não é de mero transmissor do conhecimento, mas sim de intérprete, interligando “conhecimento sistematizado, os saberes da prática social e a cultura onde acontece o ato educativo, incluindo as estruturas sócias cognitivas do aluno” (Cunha, p.48, 2000). No contexto atual, no qual a tecnologia se torna presente de forma agressiva no cotidiano da população em geral, o conceito de ensinar como mera transmissão do saber não é mais tão “socialmente útil” nem a principal característica da profissão docente, ten-

do em vista que o acesso à informação de forma rápida e prática a qualquer indivíduo é comum, assim como a sociedade voltada para o conhecimento como capital global (Roldão, 2007).

A forma de avaliação do trabalho do docente é também um assunto pertinente, pois, os modelos pedagógicos vindos externamente muitas vezes são aceitos sem antes tornarem-se objeto de debate ou de esclarecimento aos professores, impondo assim os padrões de qualidade, justamente por que na formação desse corpo docente não foi suprida a necessidade de conhecer o processo de aprender e ensinar, ou então este aspecto foi livremente concedido a esta formação. Nessa análise, fica evidente a necessidade de investigação acerca do impacto da forma de avaliação atual do trabalho docente superior imposto pelo MEC em meados de 1990, onde a qualidade do que se produz no ambiente acadêmico tomou grande proporção (Cunha, 2006).

3.1 DOCENTES UNIVERSITÁRIOS EM INSTITUIÇÃO PRIVADA

O corpo docente presente nas instituições de ensino superior privadas encontra amparo jurídico no Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943 - a Consolidação das Leis do Trabalho - uma vez que este profissional é admitido como empregado de uma “empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço” segundo disposto no artigo 2º do Decreto-Lei acima nº 5452 de 1º de Maio de 1943.

Chauí (2003) caracteriza a instituição de ensino superior privada como uma organização social, sendo esta denominada pelo Estado no momento em que ocorre a reforma de 1990, quando então o que era uma instituição social, entendida como a oferta do Ensino Superior como um direito do cidadão dado pelo órgão público, passa a ser entendido como um serviço que pode ser privatizado. Cada uma das instituições de ensino privada é responsável pelos critérios para estabelecimento da forma de ingresso do docente, sendo estes, “objeto de regulamentação pelos órgãos correspondentes da Administração Superior” conforme o relatório da Educação do Ensino Superior da UNESCO (2002).

Em relação à jornada de trabalho o mesmo decreto-lei (CLT) dispõe no artigo 58 como regra geral a todo tipo de profissão que “a duração nor-

mal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite”. Quando se trata da remuneração específica aos professores, o artigo 320 da CLT descreve que “a remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários”, caracterizando assim o docente do ensino superior privado como um horista, que recebe pelas horas trabalhadas.

Em um estudo de Siqueira (2006) foi possível verificar em relatos de docentes de uma universidade privada de Brasília, no qual um certo grau dos mesmos admitiam não se sentirem identificados com sua profissão devido à sensação de insegurança e desvalorização em relação a permanência no trabalho. Isso se deve a fragilidade do vínculo com o ambiente profissional, pela forma contratual de regime horista de trabalho, gerando a impressão errônea de maior liberdade deste docente em determinar a sua remuneração pela quantidade de horas que possa ministrar, sem levar em consideração que para obter um melhor salário precisará trabalhar além da carga horária prevista em lei.

3.2 DOCENTES UNIVERSITÁRIOS EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA

O docente que atua em instituição de ensino superior de categoria administrativa pública é regido pela lei nº 8.112, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da união, autarquias e fundações públicas federais. Como forma de ingresso na carreira pública o artigo 10 da lei nº 8.112 dispõe que “a nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecendo à ordem de classificação e o prazo de sua validade”. Infere-se subjetivamente que há uma forma rigorosa de inserir o profissional docente para a instituição de ensino, possibilitando que os mais preparados sejam escolhidos através do concurso público.

Denominando a carreira do docente como o Magistério Superior, o Congresso Nacional também delinea o Estatuto do Magistério Superior através da Lei nº 5.539 de 27 de Novembro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior e das outras providências. Em parágrafo único da lei nº 5.539 é disposto que “os profes-

res serão admitidos segundo regime jurídico do Estatuto do Magistério Superior ou segundo a legislação do trabalho e os auxiliares de ensino pela legislação do trabalho”. Esta lei define os cargos e funções da carreira do magistério dentre outras disposições relativas ao profissional do Magistério Superior. Atualmente a Lei 12.772/12 rege toda a carreira do magistério superior federal e substitui as leis anteriores que complementavam a Lei 5.539.

Um fato que merece destaque, de acordo com Cavedon e Fachin (2002) é o de relatos de professores sobre a carência de controle da instituição sobre sua atuação, sendo que um mínimo de regras exigidas dos docentes pela universidade é difícil de ser controlada, e quando há casos mais graves as providências exigem burocracia em seus cumprimentos e conseqüentemente gasto de tempo para resultarem muitas vezes em soluções inócuas, verificando a necessidade de clareza sobre a atuação docente (Cavedon & Fachin, 2002).

4 RELAÇÕES DE TRABALHO

Desde a existência dos homens primitivos, o trabalho se caracterizava como presente no modo de vida social para suprir as necessidades básicas do homem (comida, abrigo, sono, etc.). Com a evolução humana, percebeu-se que trabalho seria todo o esforço decorrente do ser humano para melhorar sua vida e prover seu sustento. No avanço da civilização, o trabalho escravo foi um dos tipos que se destacaram negativamente por um longo período da história, datando de aproximadamente 50 mil anos atrás, e o significado do trabalho atribuía-se a poder de dominação, onde as classes privilegiadas não exerciam qualquer tipo de trabalho, por definir esta atividade a pessoas de menos poder social (Kohlrausch, 2005).

Só a partir da Reforma Protestante no século XVI, esta visão do trabalho mudou e seu valor perante a vida social passou a ser algo positivo, tendo significado na vida econômica que se iniciava durante este período da história. Na Era Industrial o capitalismo mercantil dá lugar ao capitalismo industrial e com isso mudanças na cultura e visão do trabalho ocorrem de modo que, cada vez mais o trabalho e o trabalhador são valorizados na sociedade tomando o trabalho como símbolo de liberdade, e os indivíduos que não se inserem passam a ser vistos como inúteis ou delinquentes (Oliveira & Piccinini, 2011).

Durante a passagem da Primeira Revolução Industrial para a Segunda Revolução, cria-se uma dicotomia do trabalho dentro da sociedade moderna, no qual se verifica um elo homem/natureza – o indivíduo e a sociedade criam entre si as condições para seu funcionamento, seu aprimoramento e controle pelo Estado. Como mercadoria o trabalho se legitima como atividade imposta pela força coercitiva do novo mundo capitalista, sendo o mesmo uma atividade repetitiva alienante e de submissão (Oliveira & Piccinini, 2011).

O elemento capitalista presente na economia contemporânea é o principal “artista” das mudanças e rumos que acontecem no universo das Relações de Trabalho, uma vez que o capital sendo objeto de valorização, pelo fato de conceder dominação da força de trabalho por parte dos que possuem o capital, faz com que esta força de trabalho se submeta ao trabalho assalariado para quem possui o capital (Roese, 1998, citado por Oliveira & Piccinini, 2011).

Elementos tecnológicos e modelos de organização do trabalho propostos nos dias atuais, remetem a uma reflexão sobre a situação complexa das relações de trabalho, uma vez que estando na “era do saber” nada é muito certo e simples: vive-se em um mundo onde as configurações trabalhistas são incertas e complexas, por isso as organizações prosperarão conforme for desenvolvida a “massa crítica” de seus recursos e do uso adequado e destinado que a organização fará dessas aplicações do conhecimento (Rowe & Bastos, 2010).

Após varias instituições do país serem incluídas em um estudo sobre vínculos com a carreira observando aspectos da relação de trabalho, como comprometimento com a carreira e entrenchamento na carreira, de modo a verificar como estes impactavam a produção acadêmica dos docentes universitários nas instituições públicas e privadas, concluiu-se que o vínculo com a carreira influencia na produção acadêmica dos professores, pois está relacionado com a visão do trabalho docente (Rowe & Bastos, 2010). No mesmo estudo foi evidenciado que nas universidades públicas pesquisadas o número de artigos publicados era maior do que o número dos mesmos na instituição privada, pelo fato de que os docentes da instituição privada produziam artigos por estarem em cargos de coordenação de projetos de pesquisa ou com atividades de responsabilidade nesta área acadêmica, em face aos professores públicos que pesquisam com mais espontaneidade, por estarem

mais seguros no trabalho estando assim mais propensos ao entrenchamento na carreira.

Analisando a educação sob a ótica do trabalho e suas relações, percebe-se o docente numa relação social, em que, como trabalhador, submete sua força de trabalho ao mercado na forma de execução/resultado, visto que o produto do seu trabalho não pode ser separado do seu ato de produção: ele é um trabalhador assalariado, ao mesmo tempo um intelectual e um agente pedagógico que se envolve com todo processo da transmissão de um saber (Silveira, 2006).

Com o advento das reformas educacionais no país, houve impactos diretos as condições dos docentes em quaisquer níveis da educação, dentre os impactos se destacam aqueles relacionados à transposição da ideologia empresarial no âmbito da educação: precarização e flexibilização das relações de emprego e trabalho, questões essas que submetem a julgamento de desvalorização e desqualificação da força de trabalho. Com a expansão das universidades no Brasil em um curto espaço de tempo, percebeu-se uma massificação do ensino superior dentre outros fenômenos, e com isso a visão da universidade como um “comércio de canudos e títulos”, distorcendo seu objetivo maior que é desenvolvimento do conhecimento (Silveira, 2006).

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois a temática escolhida ainda é incipiente. O método escolhido foi o Estudo de Caso, classificado como estudo Multicaso, por ser aplicado em mais de uma instituição, permitindo que ao final da pesquisa sejam sugeridas melhorias a ambas as instituições como expõem Sampieri, Collado e Lucio (2006). O estudo de caso possibilitou a visualização da relação de trabalho do corpo docente com as respectivas instituições de ensino superior (especificamente com a natureza da instituição) com a qual mantém vínculo empregatício, de forma que futuros estudos ou mesmo as próprias instituições, conforme o desejo e a necessidade que julgarem haver possam indicar outros aspectos a serem estudados ou concretamente aplicarem melhorias nessas relações.

Para a coleta dos dados, foi realizada a técnica do Grupo de Foco, e entrevistas. Nesta pesquisa foi selecionado um grupo de docentes da

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e um grupo de docentes da Universidade da Região da Campanha - URCAMP que foram convidados a discutir aspectos relacionados ao seu local de trabalho. Foram escolhidos os docentes destas duas Instituições de Ensino por tratarem-se das mais próximas dos pesquisadores no momento do estudo e também porque os docentes destas instituições estão atuando na mesma com diferente tempo de serviço (a instituição privada está há mais de vinte anos na cidade e alguns docentes há mais de dez na instituição, enquanto a pública foi criada há menos de dez anos e muitos dos docentes foram concursados há menos tempo. Estas questões referiam-se à relação destes docentes com a universidade, de forma a possibilitar através desta conversa, identificar o que é semelhante e o que é diferente entre as falas dos docentes das duas instituições, considerando a origem das mesmas (pública e privada).

O grupo de respondentes (docentes) foi escolhido no local onde trabalham de forma aleatória, em virtude de que, para participarem da técnica de coleta dos dados, é suficiente que tenham a característica de serem docentes em uma das duas instituições estudadas neste trabalho. Para o grupo focal, compareceram nove respondentes, sendo um grupo de docentes atuantes na UNIPAMPA e URCAMP. A escolha do grupo de respondentes de uma forma conveniente consome pouco tempo e pouco dispendiosa segundo Malhotra (2008), e também defende que esta forma

Quadro 1: Relação de entrevistados da coleta de dados

Entrevistado	Instituição de origem	Sexo	Idade	Tempo de docência
Entrevistado A	Universidade Privada	Feminino	36 anos	11 anos
Entrevistado B	Universidade Privada	Feminino	35 anos	9 anos
Entrevistado C	Universidade Privada	Masculino	37 anos	10 anos
Entrevistado D	Universidade Privada	Masculino	35 anos	11 anos
Entrevistado E	Universidade Pública	Masculino	31 anos	3 anos
Entrevistado F	Universidade Pública	Feminino	31 anos	6 anos
Entrevistado G	Universidade Pública	Feminino	33 anos	5 anos
Entrevistado H	Universidade Pública	Masculino	30 anos	3 anos
Entrevistado I	Universidade Pública	Masculino	31 anos	4 anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Com estas informações é possível identificar características dos respondentes que tenham relação com o ambiente da instituição onde atuam. A análise dos dados seguiu a ordem das falas no grupo focal, buscando o agrupamento de significados para a formação de categorias. Os primei-

ros agrupamentos foram chamados de categorias iniciais, conforme o quadro 2. A partir destas categorias foi realizado um segundo processo de análise com o intuito de delimitar ainda mais as informações e indicar focos de debate sobre os objetivos da pesquisa.

de escolha do grupo respondente é possível para a técnica do grupo focal. Para análise dos dados, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo. Conforme Minayo (1993) esta forma de analisar os dados teve sua origem no século XX, bastante influenciada pelos princípios positivistas. Valorizava rigorosamente a descrição dos comportamentos, percebidos como reação aos estímulos, e já sofreu várias formas de aplicação, inicialmente vista da abordagem quantitativa.

6 A PERCEÇÃO DOS DOCENTES DA UNIPAMPA E URCAMP

Neste tópico apresentam-se os resultados da análise a partir dos relatos dos professores das universidades privada e pública, com vistas a verificar através da análise de conteúdo se as relações de trabalho desses docentes com as respectivas universidades influenciam em suas atuações profissionais. Inicialmente apresenta-se um quadro com a distribuição dos participantes de acordo com a universidade de origem. Foram entrevistados nove professores no total, dentre as duas universidades, conforme quadro 1. A apresentação dos dados os participantes são indicados como entrevistado e um número de forma a preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 2: Categorias iniciais e finais estabelecidas na análise de conteúdo

Categorias Iniciais	Categorias Finais
1. Motivo da escolha da profissão professor	Visões sobre o seu próprio trabalho.
2. O que é ser professor universitário	
3. Influenciadores da pesquisa científica	
4. Situação da demanda por pesquisa científica	
5. O que falta na instituição	Visões sobre a relação da universidade com seu trabalho.
6. Tratamento instituição – docente	

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

6.1 CATEGORIAS INICIAIS

A análise inicial da pesquisa demonstrou a possibilidade de delimitação de seis temáticas, ou categorias iniciais. Os tópicos abordados referem-se ao: motivo da escolha da profissão; o que é ser um professor universitário; influenciadores da pesquisa científica; situação da demanda por pesquisa científica; o que falta na instituição e tratamento instituição-docente. Estas categorias foram extraídas dos questionamentos feitos durante o grupo focal e abordam tópicos inerentes ao cotidiano destes docentes, atendendo a perspectiva de responder aos objetivos da pesquisa.

MOTIVO DA ESCOLHA DA PROFISSÃO PROFESSOR

Nesta primeira categoria os entrevistados relataram os motivos pelos quais escolheram seguir esta profissão. Foram identificadas respostas muito semelhantes entre os professores de cada instituição, o que revelou a existência de motivações diferentes entre os professores da universidade pública e os da universidade privada.

Os itens chave foram: gosto pela atividade de pesquisa, convite para lecionar, gosto pela atividade de ensino, liberdade, gosto pela sala de aula, questão salarial. Sendo que a perspectiva de convite para lecionar e gosto pela atividade de ensino teve origem em docentes da universidade privada, enquanto as demais perspectivas originaram-se de docentes da universidade pública.

Percebe-se nestas respostas uma tendência de escolha maior vinda dos professores da universidade pública, onde, sendo o processo seletivo vinculado a concurso público, a forma de ingresso tende a ser mais vinculada por interesse e não necessariamente porque a oportunidade apareceu. Ao contrário do docente de universidade privada, em que existe a possibilidade de ingresso por convite, demanda da instituição, o que nem sempre

vai revelar no docente convidado a motivação por ser professor antes que a prática aconteça.

O QUE É SER PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Na segunda categoria foi identificada a percepção que os docentes têm sobre o seu trabalho, função e rotina. No geral, todos os professores apresentaram a mesma visão do seu trabalho, com algumas diferenças.

Os itens chaves foram: processo de formação própria e dos alunos, aprendizado contínuo, transformação própria e do aluno, formar profissionais, transmissão do conhecimento. Há nestas respostas uma perspectiva de ver a profissão de forma romaneada, com a ideia do poder de transformação que o ato de ensinar permite, no entanto, os docentes demonstram ter consciência de que este conceito é muito mais uma perspectiva individual e que pode ser associada à ideia que cada um tem dos porquês de ter escolhido tal profissão do que a realidade percebida por quem gerencia estas instituições, seja o governo ou um conselho diretor.

Um ponto interessante neste momento dos debates foi o de que o termo “aluno” foi frequentemente usado pelos docentes da universidade pública, e o termo “profissional” pelos docentes da universidade privada ao se referirem aos discentes. Essa distinção demonstra que existem diferenças de percepção destes docentes, tanto sobre o seu papel no ensino, sobre como a profissão se caracteriza, apesar de os discursos aparecerem de forma parecida, relação esta que é evidenciada na teoria por Martins (2002) desde a época de criação da Universidade Privada, a qual surge amparada pela indústria com objetivos aliados ao capital, ou seja tratar seu aluno como um profissional que busca o consumo, diferente do instituições públicas que visam levar a educação para todos os níveis da sociedade de forma pública e gratuita, efetivando o discente como um aluno

em potencial de capital intelectual e cultural na produção de pesquisas.

INFLUENCIADORES DA PESQUISA CIENTÍFICA

A terceira categoria delimitada foi sobre a influência que o docente tem na pesquisa científica no país, onde foi destacado o papel destes de estimuladores dos alunos na atividade de pesquisa científica e da importância que a pesquisa exerce nas atividades rotineiras do docente. Esta categoria teve um item chave que foi a influência sobre os alunos. Foi unânime a percepção de que o professor é um agente influenciador da atividade de pesquisa, tendo o compromisso de trocar essa experiência com os alunos, mostrando o exemplo na atividade de pesquisa, de modo a conduzir os interessados pelo melhor caminho no universo de pesquisa em que for atuar.

SITUAÇÃO DA DEMANDA POR PESQUISA CIENTÍFICA

Seguindo a linha da categoria anterior, a quarta categoria aborda a falta de demanda por parte do corpo docente para a pesquisa, ao mesmo tempo em que existe demanda das instituições (especialmente as públicas) para que os docentes sejam pesquisadores e insiram seus alunos neste universo. Para a maioria dos professores há desinteresse dos discentes pela atividade de pesquisa no período de graduação tornando difícil a tarefa de desenvolver pesquisa e integrá-la ao ensino.

O QUE FALTA NA INSTITUIÇÃO

Na quinta categoria, foram analisadas as percepções dos professores sobre as deficiências das respectivas universidades em que eles trabalham. Foram identificadas diversas deficiências, algumas se caracterizaram na instituição pública, outras na privada, e outras se mostraram presente em ambas. As principais deficiências destacadas foram: infraestrutura, plano de carreira, processo burocrático demorado, questão salarial, falta de incentivo à pesquisa, situação financeira. Na universidade pública fica evidente entre a opinião dos docentes que a questão salarial é um assunto que merece mais atenção, assim como o plano de carreira é tido como desestimulante pela maioria dos professores desta instituição, e como todo o processo burocrático que caracteriza uma insti-

tuição pública, eles identificam que muitos se tornam demorados e prejudicam o desenvolvimento de algumas atividades. Na universidade privada, ficou evidente a questão de falta de incentivo à pesquisa, necessidade de infraestrutura e a valorização do professor em termos de assistência, como também a questão salarial. Em linhas gerais as demandas são estruturais e organizacionais de relacionam-se com a administração das instituições as quais os docentes estão vinculados.

TRATAMENTO INSTITUIÇÃO – DOCENTE

Na sexta categoria, os professores abordaram como se comunicam formal ou informalmente com a instituição, como sentem o atendimento as suas necessidades quando entram em contato com a universidade. Cada grupo de professor identificou sua percepção tendo muitos aspectos em comum, tanto no grupo da instituição, quanto na união dos dois grupos de docentes. Neste ponto do debate foi unânime o uso da palavra “liberal” por todos os professores participantes. Na universidade privada alguns professores relataram um tratamento descuidado em relação a valorização do elemento humano. Na universidade pública a maioria dos docentes descreveu a impessoalidade no tratamento instituição-universidade caracterizando o tratamento institucional de um órgão público, assim como foi salientada novamente as questões relativas a burocracia nessas relações, e um maior auxílio ao crescimento dos professores no aspecto da qualificação.

6.2 CATEGORIAS FINAIS

A partir dos resultados apresentados nas categorias iniciais formaram-se as categorias finais, como forma de agrupar os elementos e demonstrar com maior definição os argumentos encontrados na pesquisa que realmente respondem aos objetivos propostos.

VISÕES SOBRE O SEU PRÓPRIO TRABALHO

A categoria “Visões sobre o seu próprio trabalho” originou-se a partir das categorias iniciais: “1. Motivo da escolha profissão professor”; “2. O que é ser professor universitário”; “3. Influenciadores da pesquisa científica” e “4. Situação da demanda por pesquisa científica”. Resultando na seguinte análise:

Vendo de um modo geral, os professores sentem realizados atuando como docentes universitários, já tratando dos professores da universidade pública, os mesmos atingem a satisfação muito em vista das suas aspirações voltadas principalmente para área de pesquisa, no âmbito dos professores da universidade privada, é possível identificar que a realização do trabalho é voltada para o desenvolvimento e a transmissão do conhecimento aos futuros profissionais.

No que se faz relativo ao método de entrada na profissão, verifica-se que os professores da instituição privada foram convidados para trabalhar na função e seguiram na docência por gostarem desta atividade, já os professores da universidade pública almejavam esta profissão, especialmente pela possibilidade de desenvolvimento de atividades de pesquisa, realizando concurso público para ingressar na docência. Refere-se destas que os docentes da instituição privada tiveram uma facilidade em relação aos professores da instituição pública para iniciar a carreira, e realmente continuaram por se identificar com suas funções, apesar de no geral, também desenvolver outras atividades relacionadas a profissão de formação acadêmica. Dentro das instituições privadas, estas atividades são influenciadoras no modo de ingresso dos docentes.

Quando se trata da atividade de pesquisa como um dos compromissos sociais da universidade, todos os professores afirmaram que entendem ser papel deles atuar = e despertar interesse e curiosidade dos alunos sobre assuntos inerentes aos cursos e possibilidades de pesquisa. Porém, muitos dos entrevistados afirmaram que há um grande desinteresse da parte dos discentes em seguir a iniciação científica, e que muitos apenas realizam pesquisa pela obrigação de realizar trabalhos, ou por estarem voltados a uma visão mercadológica após o curso.

Percebe-se nestas argumentações uma relação positiva com a profissão e com as atividades inerentes ao trabalho docente. Alguns com uma visão mais voltada para a vocação para a docência e outros a percebendo como mais uma atividade profissional, mas todos os entrevistados mostraram-se conscientes do papel que desempenham para a sociedade.

VISÕES SOBRE A RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM SEU TRABALHO

A categoria “Visões sobre a relação da universidade com seu trabalho” originou-se a partir das categorias iniciais: “5.O que falta na instituição” e “6.Tratamento Instituição- Docente”. Um dos pontos de maior destaque foi a questão da infraestrutura e da carreira, tornando evidente nestes casos, as particularidades de uma universidade pública e uma privada.

A natureza da instituição pública requer toda uma organização burocrática para execução e legitimação dos processos rotineiros, o que foi relatado pelos docentes, em especial sobre as disfunções desta burocracia que tornam muitos processos demorados. Os docentes também destacam a questão salarial como um ponto que demandará reflexão por parte do governo federal, assim como o plano de carreira destes professores que na visão geral pode ser melhorado.. Este grupo de professores, assim como muitos que ingressam na universidade pública, se submete a um regime de trabalho de dedicação exclusiva, no qual, por consequência, obtém toda sua renda da profissão de docência, tendo este um motivo para criarem o debate em torno da questão salarial.

Na universidade privada, verifica-se que o incentivo a pesquisa científica é precário, sendo esta uma das diferenças mais acentuadas entre as duas instituições, bem como a assistência da universidade em relação ao crescimento deste docente, e a infraestrutura. Além do aspecto burocrático também estar presente nos processos da instituição privada, a falta de recursos financeiros suficientes ao funcionamento e atendimento a demanda da universidade é o que mais se destaca como deficiente, não permitindo que haja mudanças e avanços esperados nesta. O fato dos professores da universidade privada terem um regime de trabalho horista, faz com que precisem trabalhar mais pra ganharem mais, e por isso justifica-se que estes professores tenham uma segunda ocupação remunerada, não havendo muitas vezes a disponibilidade de tempo para atuação na pesquisa científica. Portanto, a questão salarial é também um aspecto discutível dentro do ambiente privado.

Em relação ao tratamento da universidade com os docentes, os dois grupos de professores admitem um tratamento liberal, pois tem total liberdade para atuar dentro da sala de aula e exer-

cer seu trabalho de maneira livre. Em relação às diferenças nestas instituições, os professores da universidade privada sentem até um descuido da parte da instituição, pois é dada mais importância em investimento aos recursos materiais do que ao recurso humano. Na universidade pública os docentes convivem com um tratamento impessoal, institucional que confere distância entre o servidor e o tomador de decisões, e um alto grau de formalização das comunicações e dificuldade de compreensão de certos trâmites, o que lhes impõe a necessidade em algumas ocasiões de auxílio aos funcionários que entendam melhor os processos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os docentes universitários vêm cumprindo tarefa primordial ao longo da existência da universidade: formar e desenvolver alunos a partir da ampliação do conhecimento destes e para o mercado de trabalho. Nesta lógica os professores das duas universidades pesquisadas têm plena consciência desta missão e se mostram satisfeitos e realizados em seus trabalhos. Se sentem parte ativa nesta construção e transmissão do conhecimento, não apenas meros transmissores de conteúdo, e com alguns direcionamentos específicos: os professores da universidade privada concentram-se ao ambiente de sala de aula na interação com os alunos, e os professores da universidade pública destacam-se na atividade de pesquisa, de modo a dar maior produção científica a universidade e assim construir a história da instituição.

A instituição privada facilita a inserção destes docentes no ambiente de trabalho, em relação à instituição pública, salientando que os professores do setor privado realmente estão comprometidos com a educação, visto que permanecem nesta área mesmo sem incentivos a pesquisa. Os professores da universidade pública são inseridos através de concurso, e sentem-se atraídos a uma instituição pública devido ao perfil investigador que possuem, de gosto pela pesquisa.

Dentre os objetivos desta pesquisa foi possível observar que há semelhanças e diferenças entre estas duas instituições, e que algumas destas características influenciam sim na atuação do docente, assim como forma opiniões sobre cada uma destas instituições. As semelhanças entre estas duas instituições serão expostas: na visão dos professores sobre o seu trabalho, e uma dife-

rença em relação a seus gostos sobre sala de aula/pesquisa acadêmica; o papel da pesquisa sendo percebido por ambos como prática ainda pouco continuada pelos alunos, mas sendo seu dever como professor estimular os alunos e detectar os possíveis potenciais para pesquisa.

No aspecto dos pontos críticos na visão dos docentes de cada instituição, a questão salarial e a infraestrutura foram destacadas, porém os motivos em cada uma foram diferentes. Na universidade privada é um aspecto de legislação, pois os professores são horistas e recebem proporcionalmente às horas trabalhadas, os quais desenvolvem outras atividades profissionais além da docência. Já na universidade pública a questão salarial é uma questão de negociação com o governo, em que há constantes debates com argumentos tanto do lado do Governo como do lado dos docentes, sendo que estes, em sua maioria, se submetem ao regime de dedicação exclusiva. Na infraestrutura e materiais, os docentes das universidades privadas relatam a deficiência de recursos financeiros que permitam ampliação do ambiente institucional assim como o incentivo a pesquisa, ponto de diferença da universidade pública, onde os docentes almejam o ingresso nesta pela questão da pesquisa científica. Já na universidade pública, a demora da chegada dos recursos destinados a infraestrutura ou incentivos financeiros, e toda disfunção da burocracia que atua nesta movimentação de recursos, faz com que os docentes se sintam, num primeiro momento, desestimulados com alguns fatores dentro do funcionamento da instituição.

Em relação ao seu relacionamento e o tratamento da instituição com o docente, os dois grupos de professores admitiram que têm liberdade para desempenhar seu trabalho, não havendo muitas interferências. Em divergências os professores da universidade privada relataram que sentem um descuido da instituição com o elemento humano, dando mais prioridade aos elementos materiais de funcionamento da universidade, ao passo que os professores da universidade pública sentem que a comunicação é impessoal e que em muitos momentos são difíceis de serem compreendidas algumas decisões e trâmites sem o auxílio de técnicos da instituição.

Semelhanças como: a visão dos docentes sobre seu trabalho, atividade principal dos docentes, visão sobre pesquisa científica, visão sobre deficiências podem ser consideradas como impactantes positivamente, pois estas visões sobre

o próprio trabalho e a questão percebida de que há a realização “naquilo que se faz”, ajudam a promover o desenvolvimento desta classe de trabalhadores que está disposta a realizar esforços a um ente beneficiado – alunos - e assim tem-se uma estrutura de ampliação do conhecimento, de modo a cumprir o papel para qual foi criada.

Considerando os limitadores do estudo, cabe salientar que a questão salarial não foi o enfoque principal, logo, a mesma se coloca como um ponto pertinente a ser estudado em pesquisas futuras, tendo como premissa, devido ao arcabouço teórico relacionado ao tema, que a questão salarial exerce um papel importante na construção da carreira docente. Nesse sentido, diferenças sobre a questão salarial e seus motivos precisam ser estudadas de forma mais profunda, pois o que foi encontrado pode ser considerado como algo superficial, tendo muitos aspectos legislativos e de gestão pública que foge ao foco da presente pesquisa, porém são questões que merecem mais estudo no campo científico.

Em relação a deficiência de recursos financeiros (privado) e a demora de recebimento de recursos (público) ambos são considerados impactos negativos, pois tal situação a longo prazo, sem que sejam tomadas medidas corretivas, configurarão em um quadro da situação da educação superior tomado de falhas dos quais os efeitos não podem ser previstos neste estudo. Contudo é um assunto que também pode ser desenvolvido com mais propriedade em outros estudos.

As categorias aqui apresentadas são um mapeamento relevante sobre a percepção do docente do seu trabalho e dos fatores de dificuldade e facilidade no desenvolvimento do mesmo e podem servir como base para um estudo futuro quantitativo, que possa abranger uma população maior de docentes e também organizar e validar um instrumento de coleta de dados sobre o trabalho docente.

É importante ressaltar que este estudo retratou a situação existente nas duas universidades - objeto da pesquisa, porém os resultados não devem servir de protótipo para caracterizar os docentes das demais instituições, pois cada ambiente de ensino terá elementos peculiares que não são encontrados em outras instituições e assim por diante. Somente novos estudos em diferentes instituições poderão dar à temática o arcabouço necessário para que seja possível mapear com mais detalhes as percepções do trabalho docente, mas já é um passo importante ter elementos de onde partir no caso de análises comparativas.

Em relação a limitações encontradas no decorrer da pesquisa pode-se descrever: o acesso aos professores da universidade pública se mostrou muito mais fácil do que aos professores da universidade privada. Porém, os docentes da universidade privada que aceitaram participar da pesquisa se mostraram cientes da importância destas informações para o sucesso do estudo.

A área da educação, seja no ensino superior ou em qualquer outro nível, precisa de atenção. Sendo a educação um parâmetro do desenvolvimento de um país, torna-se necessário passar do discurso à prática, ir a campo e investigar as causas, consequências e traçar uma possível solução para os entraves e dificuldades aos quais surgem no decorrer da história da educação.

REFERÊNCIAS

- A educação superior no Brasil.*(2002). Porto Alegre: UNESCO. Recuperado em outubro de 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>.
- Barichello, E. M. da R. (2001). *Comunicação e comunidade do saber*. Santa Maria: Editora Palotti.
- Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de Maio de 1943* (1943). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado em 22 de dezembro de 2011, Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-norma-pe.html>>.
- Decreto-lei nº 5.539, de 27 de Novembro de 1968* (1968). Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.. Recuperado em 20 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5539.htm>.
- Lei nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990* (1990). Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Recuperado em: 22 de novembro de 2011 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>.
- Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasil DF. Recuperado em 20 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

- Cavedon, N. R.; & Fachin, R. C. (2002, Set/Dez). Homogeneidade Versus Heterogeneidade Cultural: um estudo em Universidade Pública. *Revista O&S*, Vol: 9 - n.25.
- Cerqueira, A. G. C.; Cerqueir, A. C.; Souza, T. C.; Mendes, P. A. (2009). A trajetória da LBD: um olhar crítico frente à realidade brasileira. *Ciclo de Estudos Históricos da Universidade Estadual de Santa Cruz*. UESC. Ilhéus – Bahia.
- Chauí, M. A universidade pública sob nova perspectiva. (2003, set/dez). *Revista Brasileira De Educação*. Universidade de São Paulo, N. 24, pp.5 – 15.
- Cunha, M. I. (2000). Ensino como mediação da formação do professor universitário. In: Marília Costa Morosini (Org.). *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. pp.45-51.
- Educação Nacional. (2010). *Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados*. Brasília, DF. Recuperado em 22 de novembro de 2011. Disponível online em <<http://bd.camara.gov.br>>.
- Favero, M. L. A. (2006) *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, pp. 17-36.
- Filho, J. C. S. (2005) Profissão Acadêmica e Scholarship da Docência Universitária. In: VIII Congresso Estadual Paulista Sobre Formação De Educadores, 2005. São Paulo. *Formação docente para o Ensino Superior*. pp.22-30.
- Kohlrausch, A. (2005). A evolução das Relações de Trabalho. In: IEE. *Cultura do Trabalho/Instituto de Estudos Empresariais*. Porto Alegre, 310 p.- Pensamentos Liberais, v IX.
- Malhotra, N. K. (2006). *Pesquisa em Marketing: Uma orientação aplicada*. Porto Alegre. Bookman. 4ª Edição.
- Mancebo, D; Maués, O; CHAVES, V. L. J. *Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente*. Educar. Curitiba, Editora UFPR n. 28, pp. 37-53.
- Martins, A. C. P. (2002). *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. São Paulo: Acta Cir. Bras. vol.17, supl. 3.
- Martins, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no brasil. (2009, jan/ab). *Revista de Educação Social*, Campinas, vol. 30, n. 106, pp. 15-35.
- Mendonça, A. W. P. C. (2000, mai/ago). A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 14, pp. 131-150.
- Minayo, M. C. S. (1993). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis. 29ª edição. Ed. Vozes.
- Morosini, M. C. (2000). Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: *Professor Do Ensino Superior: Identidade, Docência e Formação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, pp.11-20.
- Oliveira, T. (2007, Jan/Jun). Origem e memória das universidades medievais. *Varia Historia* Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: pp.113-129.
- Oliveira, S. R; & Piccinini, V. C. (2011, set/out). Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *RAP* — Rio de Janeiro 45(5):1517-538.
- Oliven, Arabela Campos. (2002). Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). *A Educação Superior no Brasil*. Porto Alegre: UNESCO, Recuperado em: 09 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>.
- Pachane, G. G. & Pereira, E. M. A. (2004). A importância da formação didático-pedagógica e a Construção de um novo perfil para docentes. *Revista Iberoamericana de Educación*. (33)4.
- Resumo técnico: censo da educação superior de 2009* (2009). Brasília, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Roldão, M. C. (2007, jan/ab). Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, vol. 12, número 34, pp. 94-103.
- Rowe, D. E. O. & Bastos, A. V. B. (2010, nov/dez). Vínculos com a Carreira e Produção Acadêmica: Comparando Docentes de IES Públicas e Privadas. *Revista De Administração Contemporânea*. Curitiba, v. 14, n. 6, art. 2, pp. 1011-1030.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Mc Graw-Hill.
- Silva, M. E. P. (2009). *A Metamorfose Do Trabalho Docente No Ensino Superior: Entre o Público e o Mercantil*. (tese) Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- Silveira, P. I. (2006, set/dez). A precarização do trabalho docente e a subordinação da educação ao mercado: um estudo sobre as relações de trabalho no ensino Superior no período de 1994 a 2004. *Soc. estado*. vol.21 n.3 Brasília.
- Siqueira, T. C. A. (2006) *O trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior Privado em Brasília*. (tese) Doutorado. Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia.
- Tardif, M. (2000, jan/abr) Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, nº 13, pp.5-24.

Teaching in public or private university? challenges, opportunities and differences

ABSTRACT

Given the growing number of universities in Brazil, in both the public and private sphere, and the relevance that the Federal Government has demonstrated for the project with projects the expansion of higher education in the country; the present work aimed to analyze the relations of teaching with the work environment. The paper take into account the administrative nature of the institution (public or private) where they work and the influence of this nature for the development of its activities. To meet the objectives of the research method chosen was the case study, qualitative and exploratory approach. To collect the data, did the use of interviews and a focus group, of which five teachers attended a public university and four teachers of a private university. Because of the research was possible to identify a relationship of teaching to the act of transforming the student/professional, giving indicative of a choice of profession by vocation, independent administrative institution. It is noteworthy that among the teachers of the public university is a vision of the need for continuous training of himself as a professional teacher as a key point of professional development and ability to act in this transformation of the student into a professional.

Keywords: Labor Relations, University Teacher, Education.

Endereço para contato:

Carolina Freddo Fleck
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Rua Barão do Triunfo, 1048
CEP 97573-590 – Santana do Livramento, RS, Brasil.

Recebido em 09/06/2015

Aprovado em 10/12/2015

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editor-chefe: Claudionor Guedes Laimer